



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - FORO CENTRAL DE CURITIBA
1ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÃO JUDICIAL DE CURITIBA - PROJUDI
Rua da Glória, 362 - 6º andar - Centro - Curitiba/PR - CEP: 80.030-060 - Fone: 41-32004732 - E-mail:
ctba-27vj-s@tjpr.jus.br

Autos nº. 0012822-66.2019.8.16.0185

Processo: 0012822-66.2019.8.16.0185

Classe Processual: Recuperação Judicial

Assunto Principal: Recuperação judicial e Falência

Valor da Causa: R\$3.857.738,80

Autor(s): • AEB SERVICOS DE CLIMATIZACAO PREVENCAO E COMBATE A
INCENDIO LTDA EPP
• AIR MASTER MANUTENÇÃO LTDA - ME
• M Marques Sociedade Individual de Advocacia (SÍNDICO DO(A) AEB
SERVICOS DE CLIMATIZACAO PREVENCAO E COMBATE A INCENDIO
LTDA EPP)

Réu(s):

1. Ciência ao AJ e à recuperanda quanto ao ofício de mov. 420.1.
2. O administrador apresentou relatórios mensais de atividades relativos a janeiro e fevereiro no mov. 407 e de março e abril/2011 no mov. 422.1. Ciência aos interessados.
3. Pela manifestação de mov. 398.1 as recuperandas apresentaram certidões fiscais atualizadas, sendo certidões fiscais positivas com efeitos de negativa nos mov. 398.2 a 398.6. Não foi apresentada a certidão relativa aos débitos federais com relação à Air Master, e foi alegado que as dívidas estão sendo discutidas em execuções fiscais.
4. Ciente da manifestação do Município de que os débitos tributários se encontram parcelados (mov. 393.1), e também do Estado (mov. 406.1).
5. A União se manifestou no mov. 413.1 e alegou que os débitos discutidos em execuções fiscais não estão com a exigibilidade suspensa. Disse que para comprovação do art. 57 estes devem ser incluídos na negociação e, caso reconhecida a prescrição, as CDAs serão canceladas e excluídas. Entende que deve ser promovida a regularização integral dos débitos.
6. As recuperandas se manifestaram novamente no mov. 419.1. Reiteraram que com a exceção desses dois débitos federais os demais estão sendo regularmente adimplidos, em todas as esferas. Reiterou que está discutindo em juízo a prescrição das execuções fiscais. Pediram que seja reconhecido o cumprimento do art. 57 da LRF.
7. A controvérsia relativa à exigência ou não de apresentação de certidões negativas de débito tributário foi objeto do Recurso Especial 1.864.625/SP perante o Superior Tribunal de Justiça, no qual concluiu-se que *“os motivos que fundamentam a exigência da comprovação da regularidade fiscal do devedor (assentados no privilégio do crédito tributário), não tem peso suficiente – sobretudo em função da relevância da função social da empresa e do princípio que objetiva sua preservação – para preponderar sobre o direito do devedor de buscar no processo de*



soerguimento a superação da crise econômico-financeira que o acomete. RECURSO ESPECIAL NÃO PROVIDO”.

8. Foi então proposta pela União a Reclamação 43169/SP, visando a cassação do acórdão. A Ministra Relatora Nancy Andrigui esclareceu que tendo-se como norte a viabilização da superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, promovendo-se a preservação da empresa, foi feita uma ponderação entre a exigência do art. 57 e os princípios gerais da lei 11.101/2005, em especial seu art. 47, e foi concluído pela desproporcionalidade da exigência:
9. *“Assim, dada a existência de aparente antinomia entre a norma do art. 57 da LFRE e o princípio insculpido em seu art. 47 (preservação da empresa), entendeu-se que a exigência de comprovação da regularidade fiscal do devedor para concessão do benefício recuperatório deveria ser interpretada à luz do postulado da proporcionalidade”*
10. No mesmo julgado constou também que a interpretação literal do art. 57, após a juntada aos autos do plano aprovando em Assembleia, a apresentação de certidões negativas poderia inviabilizar recuperações judiciais (REsp 1.187.404/MT).
11. Na Reclamação mencionada, o Supremo Tribunal Federal entendeu que não há repercussão direta no texto constitucional, e que a Terceira Turma do STJ procurou a solução que apresentava a menor restrição possível às normas que norteiam o instituto da recuperação judicial. Foi negado seguimento à reclamação.
12. Diante do exposto, e considerando-se que as recuperandas claramente estão eivando esforços na regularização do passivo fiscal, o não cumprimento da exigência do art. 57 em sua totalidade não pode ser óbice ao deferimento da recuperação judicial.
13. Todavia, determino que as recuperandas, em 180 dias apresentem as ações que estão fazendo para o adimplemento total das dívidas fiscais, principalmente no que tange àquelas que ainda estão em discussão perante a Justiça Federal.
14. Assim, diante do Plano de Recuperação Judicial aprovado em Assembleia Geral de Credores, conforme ata de mov. 297.2 e plano de mov. 298.2, e com base no art. 58 da Lei 11.101/2005 **CONCEDO a Recuperação Judicial pleiteada por AEB SERVIÇOS DE CLIMATIZAÇÃO PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO LTDA-EPP E AIR MASTER MANUTENÇÃO LTDA-EPP**, que deverão executar o plano apresentado até seus ulteriores termos (art. 61, caput), sob pena de convalidação em falência, nos termos do artigo 61, § 1º, e 73, inciso IV, da Lei nº 11.101/2005.
15. **Ademais, ordeno:** (a) deverá ser acrescida, a partir deste momento, em todos os atos, contratos e documentos firmados pela recuperanda, após o nome empresarial, a expressão “em Recuperação Judicial”, conforme prescrito no artigo 69 da Lei nº 11.101/2005; (b) oficie-se à JUCEPAR determinando a anotação da recuperação judicial nos assentamentos das empresas AEB SERVIÇOS DE CLIMATIZAÇÃO PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO LTDA-EPP E AIR MASTER MANUTENÇÃO LTDA-EPP. (artigo 69, parágrafo único, da Lei nº 11.101/2005).
16. Oficie-se em resposta (mov. 414.1) informando-se sobre a concessão da recuperação judicial.
17. Intimem-se.

Curitiba, 08 de junho de 2021.

Mariana Gluszcynski Fowler Gusso

Juíza de Direito

